

**ALEPI**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍReq: 516/2025

LIDO NO EXPEDIENTE

EM 02/12/25
Coordenadora de Registros LegislativosAPROVADO
EM 09/12/25
Coordenadora de Registros Legislativos

Ao Excelentíssimo Senhor

Dep. Severo Eulálio

Presidente da Assembleia Legislativa do Piauí

Teresina-PI

REQUER a realização de Audiência Pública na Comissão de Infraestrutura, Política Econômica e Turismo, para debater a instalação de três praças de pedágio na PI-247.

REQUERIMENTO

GUSTAVO NEIVA, Deputado com assento nesta Casa Legislativa, **REQUER**, na forma regimental, que, depois de ouvido o Plenário, seja realizada Audiência Pública, em data a ser oportunamente marcada, no âmbito da Comissão de Infraestrutura, Política Econômica e Turismo com a finalidade de discutir a instalação de 03 (três) praças de pedágio na rodovia PI-247.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA, em Teresina, 01 de dezembro de 2025.

Dep. Gustavo Neiva
PP

JUSTIFICATIVA

A população da região sul do Piauí tem manifestado profunda apreensão diante da instalação de três praças de pedágio na PI-247, rodovia de grande fluxo econômico, especialmente para o escoamento da produção agrícola e o deslocamento de trabalhadores e moradores locais.

Embora o Governo do Estado e a concessionária CS Grãos do Piauí anunciem investimentos e melhorias ao longo da malha rodoviária estadual, é imprescindível que tais ações sejam acompanhadas de transparência, diálogo e respeito às comunidades diretamente afetadas.

As praças de pedágio anunciadas estão situadas em trechos utilizados cotidianamente por pequenos produtores, comerciantes, estudantes, profissionais de saúde e famílias que dependem da via para atividades básicas, o que tem gerado temor de aumento no custo de vida, impacto financeiro no transporte de cargas, bem como dúvida sobre a real necessidade e localização dessas praças.

A instalação simultânea de três pedágios em um único eixo rodoviário, sem prévia discussão com esta Casa Legislativa e tampouco com a população envolvida, revela uma falta de participação social incompatível com projetos de tamanha repercussão econômica e social.

Diante disso, a audiência pública é medida essencial para esclarecer as razões técnicas do projeto, ouvir especialistas, lideranças locais e representantes da concessionária, além de proporcionar ao Governo do Estado a oportunidade de apresentar justificativas à sociedade.

Enquanto persistirem dúvidas e riscos de impactos negativos, a suspensão imediata das obras se mostra necessária, garantindo prudência administrativa, zelo pelo recurso público e respeito às comunidades envolvidas.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA, em Teresina, 01 de dezembro de 2025.



Dep. Gustavo Neiva
PP